



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

MARIA FRANCISCA DA SILVA

**RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA CRECHE DA REDE MUNICIPAL DA
CIDADE DE CAMPINA GRANDE - PB**

CAMPINA GRANDE - PB

2017

MARIA FRANCISCA DA SILVA

**RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA CRECHE DA REDE MUNICIPAL DA
CIDADE DE CAMPINA GRANDE - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito para obtenção do título de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a. Maria do Socorro
Moura Montenegro.

CAMPINA GRANDE - PB

2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586r Silva, Maria Francisca da.
Relato de experiência em uma creche da rede municipal da cidade de Campina Grande - PB [manuscrito] / Maria Francisca da Silva. - 2017.
26 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.

"Orientação : Profa. Dra. Maria do Socorro Moura Montenegro, Departamento de Educação - CEDUC."

1. Relato de experiência. 2. Estágio supervisionado. 3. Creche municipal. 4. Formação de professores.

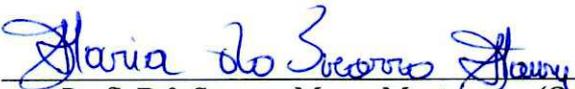
21. ed. CDD 371.12

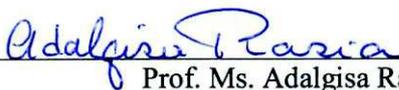
**RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA CRECHE DA REDE MUNICIPAL DA
CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito para obtenção do título de Licenciatura
Plena em Pedagogia.

Aprovada em: 06/12/2017.

BANCA EXAMINADORA

 Nota: _____
Prof.^ª. Dr.^ª. Socorro Moura Montenegro (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

 Nota: _____
Prof. Ms. Adalgisa Rasia
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

 Nota: _____
Prof. Dra. Diana Sampaio Braga
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho à minha filha, a pequena Abigail, que foi meu maior incentivo para conclusão deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus por ter me concedido a vida e tantos outros benefícios, que seria impossível descrever. Em especial, agradeço à capacidade que me concedeu de poder concluir o curso de Pedagogia e este trabalho final.

À minha família pelo apoio de sempre (não vou citar nomes para não correr o risco de esquecer alguém e ser injusta), sem ela eu não teria chegado até aqui, meu muito obrigado de coração a todos vocês.

Ao meu esposo, pelo incentivo de sempre e a paciência que foi fundamental para que eu pudesse abrir mão de tantas coisas para me dedicar à realização deste trabalho.

Às minhas colegas de curso mais chegadas com sua incrível parceria, Vanessa, Vivi, Maria, Jéssyca e Jaisna, que sempre estavam dando aquela força e também às demais colegas de curso, que estiveram conosco ao longo desses anos, obrigada pela amizade.

Aos Professores do curso de Pedagogia da UEPB, em especial Prof. Socorro Moura Montenegro, que aceitou o convite para me orientar neste trabalho sem ao menos ter sido minha professora neste curso. Ela foi paciente, determinada, como um anjo que surge em nossa vida para nos dar aquela benção que faltava para nossa vitória ser completa. Obrigada de coração Professora, estarás sempre em minhas orações e nas lembranças boas que a vida me deu. Agora fica a saudade e a certeza de que ainda teremos muito a conquistar, que este é só um pequeno percurso pois, longo é o caminho a ser trilhado.

“A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca”.

(BRASIL, 1998, p. 20).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. CONTEXTO EDUCACIONAL	9
2.1. Educação no Império.....	11
2.2. O Brasil República.....	12
2.3. Educação na Ditadura Militar e a Constituição de 1998.....	14
2.4. História da Educação Infantil.....	16
3. RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA CRECHE DA REDE MUNICIPAL DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB A PARTIR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	18
3.1. Caracterização da Turma	18
3.2. O trabalho Pedagógico e a Rotina da Creche	20
3.3. O Brincar na creche	23
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27

RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA CRECHE DA REDE MUNICIPAL DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PB

RELATO DE EXPERIENCIA EN UNA GUARDERÍA DE LA RED MUNICIPAL DE LA CIUDAD DE CAMPINA GRANDE – PB

Maria Francisca da Silva¹

RESUMO

Este artigo tem por base um relato de uma experiência de observação e intervenção em sala de aula ocorrida numa creche da rede municipal da cidade de Campina Grande, PB, durante o Estágio Supervisionado III, que é um componente primordial no currículo de qualquer licenciatura, e, neste caso específico, do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba. As experiências desenvolvidas nesse estágio envolveram situações diferenciadas que têm o objetivo de contribuir para a formação acadêmica e dos futuros profissionais em educação, uma vez que permite aliar a teoria à prática. A vivência desse componente curricular oportuniza o avaliar e reavaliar docente, permitindo que seja superado o comodismo e que se abram caminhos para novas aprendizagens. Para tanto será feito um delineado histórico para se compreender o contexto educacional brasileiro, desde o primeiro modelo de educação trazido pelos portugueses até chegar no relato da experiência contemporânea vivida na creche. Espera-se que essa experiência que motive educadores a refletir sobre seu papel de promover mudanças, com fins a fazer com que as crianças sintam-se acolhidas e aptas a aprenderem em sala de aula, já que é um relato que desvela a realidade de um alunado que vive em situação de vulnerabilidade social e que encontra, muitas vezes, no ambiente escolar, um pouco de assistência e cuidado de que necessita.

Palavras - Chave: Relato de experiência; Estágio Supervisionado; Creche Municipal.

RESUMEN

Este artículo tiene por base un informe de una experiencia de observación y intervención en la aula de clase ocurrida en una guardería de la red municipal en la ciudad de Campina Grande, PB, durante la pasantía supervisada III, que es un componente primordial en el currículo de cualquiera licencia, y, en este caso específico, del curso de pedagogía de la Universidad Estadual del estado de la Paraíba. Las experiencias desarrolladas en esta pasantía involucraron situaciones diferenciadas que tiene el objetivo de contribuir a la formación académica y de los futuros profesionales de la educación, ya que permite aliar la teoría a la práctica. La vivencia de este componente curricular ofrece una oportunidad de evaluación y reevaluación del docente, permitiendo que se superen las comodidades e a superada y que se abran caminos para nuevas aprendizajes. Para tanto se hará un delineado histórico para que se comprenda el contexto educacional brasileño, desde el primer modelo de educación traído por los portugueses hasta llegar al relato de la experiencia contemporánea vivida en la guardería. Se espera que esta

¹Aluna de Graduação em Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I. E-mail: lmariafranciscaetim@gmail.com

experiência induzcalos educadores a reflexionar sobre su papel en promover cambios, con el objetivo de que los niños se sientana cogidos y aptos para aprender en la aula de clase, pues es un relato que desvela la realidad de una lumno que vive ensituación de vulnerabilidad social y que encuentra, muchas veces, en el entorno escolar, um poco de asistencia y cuidado de que necesita.

Palabras – claves: Relatos de experiência; Pasantía supervisada; Guardería Municipal.

1. INTRODUÇÃO

O Estágio Supervisionado no Curso de pedagogia é algo indispensável, pois é um espaço de aprendizagem e aperfeiçoamento para o docente que busca aprimorar sua prática e conhecimentos. Com isso em mente, esse trabalho visa refletir, com base num relato de experiência da vivência desse componente curricular, a importância do mesmo para a formação docente, para avaliar e reavaliar a postura do licenciando/licenciado em sala de aula.

Para realizar este trabalho, foi realizado um delineado histórico, partindo da história da educação no Brasil, trazendo o contexto educacional, seu percurso, seus desafios, mudanças e etc., assim como, os diferentes modelos educacionais que ocorreram desde os tempos do “Brasil Colônia” até os dias de hoje, fundamentados na obra de Aranha (2006); em seguida, é exposto e analisado o relato de experiência em uma creche da rede municipal da cidade de Campina Grande, PB, embasado no que propõe o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), que possibilitou um aprendizado incrível, que serve como bagagem a ser levada sempre na carreira docente, por ser um momento que permite um olhar mais crítico sobre a profissão, sobre o papel de educador, que tipo de professor se quer ser, que mudanças se pode fazer para melhorar a prática a fim de oferecer ao alunado um ambiente saudável e apto para o desenvolvimento deles e não se entregar ao conformismo.

A metodologia aqui empregada parte de uma pesquisa bibliográfica, que discute a educação no nosso país desde a época do “Brasil Colonial”, assim como, traz a importância do Estágio Supervisionado para a formação acadêmica do futuro docente. Para tanto será analisado o relato de experiência do componente curricular Estágio Supervisionado III, que dará sustentação prática às incursões teóricas aqui feitas a partir da observação e a intervenção em sala de aula em uma creche da rede municipal da cidade de Campina Grande, PB.

2. CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Foram muitos fatores históricos que contribuíram para a estruturação da Educação no período colonial, como as grandes navegações, a expansão marítima e comercial, a ascensão da burguesia e do absolutismo, a crise do catolicismo, a reforma protestante e a contrarreforma entre outros, estes são aspectos gerais da História da Educação Brasileira.

Quando os Portugueses chegaram ao Brasil trouxeram um modelo de educação formal ou colonial como era chamado. Assim, eles viram a necessidade de “civilizar” os índios, processo iniciado em 1549 pelos jesuítas. O foco era a colonização, educação e catequização dos índios, com o ensino estreitamente ligado aos seus próprios preceitos jesuítas, à imposição da sua religião, da sua crença e da sua cultura. Desse modo, eles trazem para o Brasil um modelo de educação pautado nessa formação moral e religiosa tida como absoluta para eles, e priorizam a alfabetização daqueles povos, pois sabiam que não seria possível convertê-los à fé católica sem, ao menos, ensiná-los a ler e a escrever, pois sendo assim ficaria mais fácil transmiti-los a cultura vigente, é assim que a companhia de Jesus passa a consolidar o ensino público da colônia.

Por volta de 1570 são criadas as escolas de primeiras letras, que eram escolas elementares, secundárias, seminários e de missões, Segundo Aranha (2006, p. 174) “as escolas quase inexístiam, e as de nível secundário eram antiquadas e serviam às classes privilegiadas. Enredadas no sistema medieval de corporações, as universidades mantinham o ensino escolástico, alheias ao movimento iluminista”.

Durante 210 anos, os jesuítas conseguiram, com muito êxito, exercer a catequese dos índios, a educação dos filhos dos colonos, a formação de novos sacerdotes e da elite intelectual. Mesmo sabendo das dificuldades de implantar um sistema educacional em terra estranha e para um povo tribal, eles conseguiram desempenhar o controle da fé e da moral por muito tempo. Sabe-se que, por trás de tudo isso, existiam interesses religiosos, políticos, econômicos e sociais, sustentados pelos movimentos de ruptura representados pelo luteranismo, pelo calvinismo e pelo anglicanismo.

Assim, mesmo que uma das características da idade média fosse a unidade da fé, ela sofreu ameaça inúmeras vezes o que acabou resultando na separação entre as igrejas romanas e ortodoxas. O impacto maior para a igreja católica se deu no século XVI, com a reforma protestante, pois esta não se tratava apenas de divergências religiosas, mas também de alterações sociais e econômicas, que desencadeou o movimento chamado de Contrarreforma, a igreja agora tentava recuperar o tempo perdido criando novas diretrizes.

Não podemos esquecer que, naquele momento, a educação era um privilégio da nobreza, existia, sim, a tentativa de alfabetização dos índios, porém o processo educacional como um todo, acabava sendo prioridade das classes mais favorecidas, não existia um processo de propagação para toda a colônia e, sim, para os pequenos grupos que pertenciam

às classes mais privilegiadas, inclusive, eram esses grupos de pessoas que acabavam cursando as universidades em outros países.

Até a expulsão dos jesuítas em meados do século XVIII, eles concentraram o ensino naqueles que pretendiam seguir a carreira eclesiástica e só com a reforma pombalina da instrução eles foram substituídos por mestres régios nas aulas de ler e escrever gramática latina, filosofia e retórica, em algumas cidades, até aulas de grego.

Com a chegada do Marquês de Pombal no século XVIII, ocorre a expulsão dos jesuítas e a implantação das ideias iluministas e do ensino público oficial e, conseqüentemente, a nomeação dos professores pela coroa. Com isso, o ensino passa a ser de responsabilidade total do Estado.

Aranha (2006, p.175) diz que Pombal instituiu as aulas régias (“régias”, porque pertenciam ao rei, ao Estado e não à igreja), a começar pela estruturação dos chamados *Estudos Menores*, que correspondiam ao ensino fundamental e médio (primeiras letras e ensino de humanidades).

A autora ainda destaca que, no ano de 1772, Pombal instituiu também o *subsídio literário*, que se tratava de um imposto destinado a financiar as reformas projetadas, o que valia também para o Brasil, desta forma os professores eram selecionados e pagos pelo estado, tornando-se funcionários públicos. Desse momento em diante, os professores eram nomeados pela coroa, e não mais pelos padres jesuítas.

Porém, apesar dessa reforma, o ensino religioso da fé católica continuava a ser obrigatório e havia, de fato, a ação da inquisição sobre a bibliografia utilizada, com controle severo sobre o que se ensinava. Esse período ficou conhecido pelo retrocesso na educação escolar, esta nova organização no ensino não representou um avanço, o que antes era de domínio dos jesuítas passa agora a ser do Estado e, mais uma vez, o ensino destinava-se, fundamentalmente, à classe dominante, os filhos dos nobres, da elite que buscavam, mais tarde, o ensino superior.

2.1. Educação no Império

Os fatos históricos que contribuíram para a estruturação do cenário político social no Brasil foram o capitalismo industrial, com a primeira revolução industrial no século XVIII e a segunda no século XIX, com a chegada da família real no Brasil, a ruptura do pacto colonial, o processo de independência, a constituição de 1823 e as transformações culturais.

Durante o século XIX, o ensino é elitista e propedêutico, ou seja, o acesso maior continua sendo para os filhos dos nobres e para os próprios nobres e está voltado para os interesses de quem deseja cursar o ensino superior, que, obviamente, estava destinado apenas à elite. Esse ensino é dividido em ensino elementar, secundário e superior. Em 1823, surgiu no Brasil uma assembleia constituinte que discutiu a estruturação da Educação no Brasil Império, écriado, então, um sistema nacional de instrução pública. Um tempo depois, ocorre à dissolução dessa assembleia e, posteriormente, a outorgação da constituição que era para ser promulgada, nesse momento, acontece um retrocesso no processo de Educação. O que se manteve dessa constituição de 1824 foi o princípio da liberdade de ensino sem restrições e a intenção de uma instrução primária gratuita para todos os cidadãos.

Em 1827, surge uma lei que já em seu artigo 1º determina a criação de escolas de primeiras letras em todo o Império - eram as escolas de alfabetização -, e outro ponto a ser destacado nesta lei é o artigo 11º, que determina a separação por gênero, ou seja, meninos e meninas ficam separados e recebem educação diferenciada, nota-se aí, que a sociedade era bem tradicional em seus valores morais, diferente de hoje, eles mantinham essa postura conservadora. Lembrando que a educação, até então, era de responsabilidade do poder central, isso até a reforma de 1834 quando há uma separação e o ensino elementar, o secundário e o de formação dos professores passam a ser de responsabilidade das províncias, que é quando surge um problema, pois, não há infraestrutura para oferecer esse ensino e a população não consegue participar dessa formação e surge, então, um aumento muito grande de analfabetos no Brasil. Infelizmente, sempre existiram no Brasil problemas em relação ao analfabetismo, apesar de todas as “tentativas” do estado, os números sempre foram muito altos.

2.2. O Brasil República

Em 1890, há um índice de analfabetismo muito alto, cerca de 70% da população é analfabeta e vimos aqui que, apesar do governo fornecer educação e formação primária para o povo gratuitamente, este não consegue muito êxito. Deve-se esse fracasso entre outros motivos às dificuldades de sistematização do ensino, à não formação dos professores e às péssimas condições de infraestrutura das escolas.

A constituição republicana de 1891 reafirma a descentralização do ensino, agora a união é responsável pela educação secundária e superior e o Estado passa a ser responsável pelo ensino fundamental e profissional.

Ainda na Educação na República surge o “Escolanovismo” ou “Movimento da Escola Nova”, por volta de 1920 e 1930, o que promoveu uma disputa entre os conservadores, representados pelos católicos defensores da pedagogia tradicional e os liberais democráticos que queriam transformar a sociedade por meio da escola.

Segundo Aranha (2006, p.263), esse movimento defendia a educação ativista a partir da renovação da pesquisa pedagógica, na busca teórica dos fundamentos filosóficos e científicos de uma prática educativa mais eficaz. A escola nova visava ainda à formação do cidadão em uma sociedade democrática e estimulava o processo de socialização da criança, isso porque havia um regime de liberdade e autonomia favorecendo o educando, um novo olhar sobre uma escola não autoritária que usava como método o pragmatismo, que consistia em uma maneira de aprender por si mesmo e aprender fazendo, pregada pelo filósofo e pedagogo John Dewey. Para ele, o conhecimento é uma atividade dirigida que não tem fim em si mesmo, mas está voltado para a experiência (ARANHA, 2006, p.261).

Impulsionado pelo Escolanovismo, em 1932, foi publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, na época assinado apenas por 26 educadores, porém, mais tarde, ele ganhou forças. De acordo com Aranha (2006, p. 303) este documento defendia a educação obrigatória, pública, gratuita e leiga como dever do Estado, a ser implantada em programa de âmbito nacional. Esse documento tinha ideais que partiam do “Escolanovismo”, na defesa por uma educação para todos, ou seja, todos os indivíduos eram obrigados a pelo menos, saber ler e escrever e a eliminação do dualismo escolar, a democratização do ensino para que todos tenham oportunidades e, assim, não existisse mais aquela ideia discriminatória de escola profissional para os pobres e o ensino acadêmico para a elite.

A reforma Capanema de 1937 e 1945 ocorreu durante a ditadura de Getúlio Vargas, após implantar o Estado novo e outorgar uma constituição de 1937, através do ministro Gustavo Capanema. Isso regulamentou a reforma do ensino primário, criou um sistema de ensino supletivo de dois anos, que foi algo muito importante para a diminuição do analfabetismo no Brasil, em que se alcançou jovens e adultos que ainda não tinham sido alfabetizados, estipulou o planejamento escolar, propôs a previsão de recursos e chamou a atenção para a estruturação da carreira docente e também a remuneração justa para o professor, esse conjunto de reformas teve o nome de leis orgânicas do ensino.

Anos após surgiu a Lei de diretrizes e bases de 1962 (Lei 4.024/61), essa já nasceu ultrapassada, ou seja, enquanto estava sendo elaborada o país passava por um processo de industrialização e, quando foi promulgada, o Brasil já não era um país só agrário, como havia

sido concebida. Essa lei conserva muita coisa da Reforma Capanema, no entanto, permite uma coisa chamada de “equivalência dos cursos”, o que quebrou a rigidez do sistema ao facilitar a mobilidade entre eles. O ensino secundário também teve um avanço tornando-se menos enciclopédico com significativa redução do número de disciplinas.

2.3. Educação na Ditadura Militar e a Constituição Federal de 1988

A ditadura surge em 1964, a partir do golpe militar, e o Estado Militar combatia todo e qualquer grupo que fosse visto como subversivo ou que estivesse próximo do comunismo e do socialismo, a exemplo vamos citar a UNE - União Nacional dos Estudantes -, que foi posta como não existente e fora da lei. Para o Estado ditatorial ela deixa de existir, porém a mesma continua mantendo suas ações em oculto. O Estado agora cria espaços reduzidos, a fim de que não houvesse articulação nacional entre os estudantes e impedia qualquer ação política dos mesmos.

Em dezembro de 1968 surge o Ato Institucional número 5, o AI-5, que retira todas as garantias individuais, públicas e até privadas e concede ao presidente, na época o Costa e Silva, poder tanto legislativo como executivo, um ano depois surge um decreto de lei nº 477, que proíbe alunos, professores, funcionários e todo e qualquer indivíduo ligado à escola de qualquer manifestação de caráter político. Ao chegar ao ano de 1969, considerado muito importante, a junta militar baixou um decreto de lei, no qual tornou obrigatório o ensino de educação moral e cívica em todas as escolas. A ideia era criar um cidadão organizado, disciplinado e que respeite o Estado e não seja subversivo, percebe-se que essas disciplinas são de caráter ideológico e manipulador para que, desde cedo, o indivíduo aceite o Estado autoritário.

Ainda na Educação no período da Ditadura militar, ocorreu a Pedagogia Tecnicista, o tecnicismo aplicava nas escolas modelos de educação empresarial de trabalho, que está baseado na racionalização que se adequou às exigências da sociedade industrial capitalista, das empresas, das indústrias e do mercado que naquele momento estava em ascensão no Brasil. Essa reforma era de caráter autoritário, hierárquico e domesticadora e estava fundamentada em três pilares. O primeiro é a Educação e Desenvolvimento, voltado para a formação da mão de obra que atenda o mercado em expansão; o segundo para Educação e Segurança e o último para a formação do cidadão consciente, que se agrega ao disposto anteriormente sobre a disciplina moral e cívica. O último pilar é o da Educação e

Comunidade, que diz respeito à criação de conselhos de empresário e mestres para estabelecer relações entre escolas e comunidades.

Ocorreu também nesse período a Reforma de 1º e 2º graus, de 1971, Lei nº 5.692/71, que foi uma junção do antigo primário com o ginásial e, a partir daí, houve a supressão dos exames de admissão que antes eram feitos por processos seletivos, a essa junção deu-se o nome de ginásio. Sintetizando, essa reforma integrou o primário com o ginásio e do ensino secundário com o técnico e este processo ficou conhecido como o princípio da terminalidade, onde, após o indivíduo terminar cada um dos níveis de ensino, estaria “pronto” para ingressar no mercado de trabalho, isso era o que o Estado esperava.

Por volta de 1967, surgiu no Brasil um movimento que ficou conhecido como MOBREAL-Movimento Brasileiro de alfabetização, quando o Estado percebeu que quase metade da população era analfabeta. Esse programa de alfabetização “utilizava o método de Paulo Freire, só que esvaziado do conteúdo ideológico considerado subversivo. Havia, pois uma adulteração indevida do método, impensável sem o processo de conscientização” (ARANHA, 2006, p. 319).

Esse programa não obteve êxito, seu objetivo não foi alcançado como o desejado, apesar do grande número de inscritos, é claro que o Estado não ia permitir que fosse utilizado o conteúdo ideológico do método de Paulo Freire, para que não houvesse a emancipação do sujeito, pois eles acabariam tomando consciência da sua condição de oprimidos e buscariam a liberdade, e, a partir dessa emancipação, ocorreria uma desvinculação entre o dominante e o dominado, por isso o Estado temia que eles recebessem a instrução para que pudessem continuar com as ideias de ideologias dominantes sobre eles, porém esse esvaziamento ideológico acabou fazendo com que o programa não desse certo.

Após muitos confrontos e discussões no decorrer dos trabalhos da constituinte de 1987/88, principalmente das escolas dos setores privados, surge à Constituição de 1988, que vai trazer, segundo Aranha (2006):

- A gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- Ensino fundamental obrigatório e gratuito;
- A extensão do ensino obrigatório e gratuito, progressivamente, ao ensino médio;
- O atendimento em creches e pré-escola às crianças de zero a seis anos;
- Acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público e subjetivo, ou seja, o seu não oferecimento pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente (podendo ser processada);

- Valorização dos profissionais de ensino, com planos de carreira para o magistério público;
- Autonomia universitária;
- Aplicação anual pela união de nunca menos de 18% e pelos estados, Distrito Federal e municípios de 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- Distribuição dos recursos públicos assegurando prioridade no atendimento das necessidades do ensino obrigatório nos termos do plano nacional de educação;
- Recursos públicos destinados às escolas públicas pode ser dirigidos às escolas comunitárias confessionais ou filantrópicas, desde que comprovada a finalidade não lucrativa;
- Plano nacional de educação visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria de qualidade do ensino, formação para ao trabalho, promoção humanística, científica e tecnológica do país (ARANHA, 2006, p. 324).

Então, a partir dessa Lei Magna foi estabelecida a Nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, possível de ser aprovada, diferentemente da anterior que levou treze anos para ser aprovada (1948 a 1961), e já nasceu ultrapassada com textos envelhecidos a respeito de sua regulamentação.

2.4. História da Educação Infantil

As creches surgiram no Brasil após a revolução industrial, como resultado da crescente urbanização e estruturação do capitalismo e, com ele, a necessidade dada mulher em ocupar o mercado de trabalho, desencadeando uma movimentação entre os operários pela reivindicação de um lugar para deixarem seus filhos, que ficavam durante muitas horas distantes de suas mães e precisavam serem cuidados.

Na década de 1980 dá-se um avanço em relação à Educação Infantil. Estudos e pesquisas foram realizados com objetivo de discutir a função da creche/pré-escola. Em 1988, a Constituição define creche/pré-escola como direito de família e dever do Estado em oferecer esse serviço.

A constituição federal de 1988, tornou se um marco histórico para a elaboração de políticas voltados para a infância, ao determinar a criação de creches e pré-escolas como direito da criança, dever do estado e escolha da família (artigo.208).

O estatuto da criança e do adolescente (ECA) de 1990, referendou o direito à educação desde o nascimento e a lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN) lei

9.394/96, incorporou a educação infantil ao sistema nacional brasileiro como primeira etapa da educação básica, e colocou a criança como sujeito de direitos. Isso provocou uma revisão de concepções e propostas para a educação de crianças de 0 à 6 anos, e obrigou os sistemas municipais de educação infantil a reorganizarem suas propostas para a educação infantil.

Em 1994, o MEC publicou o documento Política Nacional de Educação Infantil estabelecendo metas como a expansão de vagas e políticas de melhoria da qualidade no atendimento às crianças, entre elas a necessidade de qualificação dos profissionais, que resultou no documento por uma política de formação do profissional de Educação Infantil.

Em 1996, com a promulgação da Emenda Constitucional que cria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), O artigo 62 foi pioneiro ao estabelecer a necessidade de formação para o profissional da Educação Infantil. Segundo a lei, a formação do educador desse segmento deve ser “em nível superior, admitindo-se, como formação mínima, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal”. O texto reafirma, também, a responsabilidade constitucional dos municípios na oferta de Educação Infantil, contando com a assistência técnica e financeira da União e dos estados .

A Educação Infantil passou a ser a primeira etapa da Educação Básica, integrando-se aos ensinos Fundamental e Médio. Só então a Educação Infantil ganhou uma dimensão mais ampla dentro do sistema educacional e a criança foi vista como alguém capaz de criar e estabelecer relações, um ser sócio-histórico, produtor de cultura e inserido nela e que, portanto, não precisa apenas de cuidado, mas está preparado para

Com o objetivo de oferecer parâmetros para a manutenção e a criação de novas instituições de Educação Infantil, o MEC publicou, em 1998, o documento Subsídios para credenciamento e o funcionamento das instituições de Educação Infantil. No mesmo ano, visando a elaboração de currículos de Educação Infantil, cuja responsabilidade foi delegada pela LDB a cada instituição e seus professores, o ministério editou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, como parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Um ano depois, em 1999, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Esses documentos são, hoje, os principais instrumentos para elaboração e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil do país.

A Educação Infantil passa a ser vista como a junção do educar e cuidar. Cuidar no sentido que as necessidades básicas da criança sejam atendidas e, educar, porque deve oferecer à criança, possibilidades de descobertas e aprendizados.

Precisamos ter consciência de que podemos preparar nossas crianças desde muito cedo para o exercício da cidadania.

Lei 9.131/95. Art. 3º [...] III – As Instituições de Educação Infantil devem promover em Suas Propostas Pedagógicas práticas de educação e cuidados que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivo cognitivos/lingüísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível. A Educação Infantil passa a ser vista não como um artigo de luxo, mas um direito a todas as crianças brasileiras.

A Educação Infantil, para atender essa nova demanda, necessita alterar suas práticas pedagógicas. Não há espaço para quem ainda percebe a creche como um lugar onde só se cuida de crianças, que ainda a vê como uma instituição essencialmente assistencialista. A proposta pedagógica é sem dúvida uma ferramenta importante, se não fundamental, para o sucesso do processo educacional.

3. RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA CRECHE DA REDE MUNICIPAL DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PB A PARTIR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

3.1. Caracterização da Turma

O estágio no curso de pedagogia, é um componente curricular que auxilia na formação de professores, faz refletir acerca da prática e amplia os conhecimentos através da vivência enriquecendo os saberes. Em um desses estágios, especificamente no Estágio Supervisionado III, fomos encaminhados para a Creche Maria Rosa, no bairro José Pinheiro, na cidade de Campina Grande/PB, chegando lá, a gestora, Maria nos encaminhou para a turma do Pré-I, que era composta por vinte e três (23) alunos, sendo quatorze (14) meninos e nove (9) meninas. A turma apresentava um ótimo desempenho na oralidade, todos os alunos se comunicavam, faziam e respondiam perguntas, conversavam com os colegas, professoras e conosco também. Os alunos ainda não sabiam ler, alguns apenas sabiam copiar do quadro e identificavam todas as letras do alfabeto e os números.

Os Referenciais Curriculares da Educação Infantil, trazem importantes considerações acerca da creche, que foi criada com intuito de atender às famílias carentes, sua finalidade, seu percurso e desafios. O documento fala que “a tônica do trabalho institucional foi pautada por uma visão que estigmatizava a população de baixa renda” (BRASIL, 1998, p.16), grande

parte dessas instituições tinham o objetivo de atender exclusivamente crianças em vulnerabilidade social, como estratégias de diminuir a pobreza e resolver problemas ligados à sobrevivência das mesmas. Nessa perspectiva, o atendimento era marcado por características de assistência como a garantia e a promoção de aspectos físicos, emocionais, afetivos e cognitivos da criança.

Dando continuidade à descrição do nosso objeto de estudo, todos os alunos da turma pesquisada tinham quatro (4) anos de idade. A turma do Pré I, assim como as demais: Maternal I, Maternal II e Pré II, possuíam duas professoras, uma para cada turno, apenas as auxiliares de classes ficavam no período integral. A turma era grande e as professoras tinham que ser firmes para manter a ordem, o que é normal, visto que são crianças cheias de energia e saúde, como Kramer (2012, p. 197) afirma “as crianças brincam, isso é o que as caracteriza”, neste ato reside sua singularidade.

Quanto à identificação dos sujeitos da pesquisa, chamaremos a professora do turno da manhã de “Tia² 1”, a professora do turno da tarde de “Tia 2” e a auxiliar de classe, tanto da manhã quanto da tarde, de “Tia 3”. Ao se tratar do coro discente, cabe salientar que os alunos eram todos de origem humilde, do próprio bairro, José Pinheiro, e de bairros vizinhos. Crianças carentes, que transmitiam a impressão de que não tinham amor e carinho como uma criança merece e precisa ter, pelo menos a maioria, deixando claro que esta é apenas uma impressão.

Essa impressão foi construída a partir do fato deles sempre nos abraçarem quando chegavam e gostarem quando fazíamos carinho neles, esses momentos de afeto, aparentemente não agradavam a Tia 2, porém, não deixamos passar nenhuma dessas oportunidades, pois sabíamos a importância de cada um na vida daquelas crianças, nos apegamos ao que dizem os documentos oficiais ao expor que “o cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo” (BRASIL, 1998, p. 25).

Apesar de termos consciência da posição de estagiárias, era impossível não se envolver afetivamente e emocionalmente com aquelas crianças, sabíamos que alguma coisa ficaria na mente daqueles pequenos, e se for para deixar alguma lembrança na vida delas que sejam essas positivas.

² Preservamos a denominação “Tia”, em razão de a escola ter assumido essa denominação.

Como toda criança, os alunos gostavam de pintar, de conversar bastante, seja com os coleguinhas, seja com as professoras ou com a auxiliar de classe, conversavam conosco também, contavam histórias, relatavam algo que aconteceu em suas casas, o que viram na televisão, enfim era uma turma fácil de gostar, daquelas que conquista a gente. Algumas delas, aparentemente, pareciam ter bem menos idade, todos tão lindos e indefesos, às vezes, meio que perdidos no imaginário deles, parecem se perder na inocência, talvez devido ao meio em que estão inseridos, mas independentemente são crianças, e merecem amor, carinho, respeito e cuidados. Pois, segundo Kramer (2007, p. 17), devemos “reencontrar o sentido de solidariedade e reestabelecer com as crianças e os jovens laços de caráter afetivo, ético e social”. Realmente foi isso que tentamos fazer naquela turma surpreendente e encantadora.

3.2. O trabalho pedagógico e a rotina da Creche

Durante todo o estágio foi percebido que as metodologias das duas professoras eram muito distintas. A professora da manhã, a Tia 1, sempre demonstrou muito amor pelo trabalho, pareceu realmente gostar do que faz e era muito afetuosa com os alunos, sempre amável, gentil, tornava as aulas dinâmicas e divertidas, conversava bastante com as crianças, enfim, educava por amor e com amor. Sempre que fazíamos a intervenção pedagógica, éramos muito bem aceitas e apoiadas por ela.

Já a professora da tarde, a Tia 2, parecia ser um pouco agitada, estava sempre reclamando ou gritando com seus alunos, às vezes um pouco grossa, bastante autoritária e ensinava de maneira bem tradicional, quase sempre, sem demonstrar afeto por seus alunos. Ela queria que os alunos, de quatro anos de idade, ficassem em silêncio e quietos nas mesinhas. Era notável a diferença entre as duas professoras. Até os alunos no período da manhã apresentavam um comportamento mais calmo, à tarde eles estavam sempre muito mais agitados. O que a professora da manhã nos passou foi que o conteúdo que é dado pela manhã tem continuação à tarde, porém nesses sete (7) dias essa continuidade não foi vista por nós, pelo menos não com precisão, parecendo assim que cada uma fazia seu trabalho independente, mas, considerando que só passamos sete (7) dias, pode ser que estejamos equivocadas. Quando fazíamos a intervenção pedagógica do nosso estágio, ela ficava meio que receosa, calada e não se manifestava, nem positiva, nem negativamente, o clima ficava um pouco tenso, mas era um momento ímpar. Claro que cada professora tem sua metodologia,

sua maneira própria de trabalhar, e isso foi apenas uma observação nossa, nosso ponto de vista.

No período do nosso estágio, estava sendo trabalhado o eixo temático do meio ambiente em todas as turmas. As professoras falavam do meio ambiente, da preservação, do que o destrói, do que é possível fazer para a sua preservação, etc. As atividades eram de pintar, colar, fazer o próprio nome, entre outras. Um detalhe nos chamou a atenção, foi o fato de durante esses sete (7) dias, as duas professoras não usarem o livro didático, elas apresentavam os conteúdos através da oralidade, tipo rodinha de conversa, isso era visto mais no período da manhã.

Considerando que é uma turma de Pré I, achamos normal, pois eles eram bem pequenos e acreditamos que, pela idade deles, deve se trabalhar entre outras coisas, a percepção, a criatividade, a imaginação e o brincar das crianças, pois, “no processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar” (BRASIL, 1998, p.21).

A Creche tinha sua rotina como qualquer outra, a mesma funciona em período integral, os alunos chegavam com seus pais ou responsáveis, eram recebidos pelas professoras e auxiliares de sala e encaminhados para a sala de aula, alguns chegavam ainda com uma carinha de sono e ficavam na mesinha de bruços cochilando. Depois todos colocavam suas sandálias numa caixa, (essa prática é comum na creche), pois segundo as professoras evita que os alunos joguem as sandálias uns nos outros ou escondam. Em seguida, eles vão para o refeitório tomar o café da manhã e depois voltam para a sala. Um dia quando voltavam do café, a Tia 1, disse que eles iam assistir um desenho, então ela explicou o desenho e como eles (alunos) deveriam se comportar, fez ainda uma dinâmica, a qual envolvia um desenho e as crianças gostaram bastante. Podemos perceber que esse momento foi bastante rico, produtivo e muito importante para as crianças.

Depois da exibição do desenho, ela fez perguntas sobre o mesmo, trabalhando, assim, a interpretação com os alunos, logo após, foi feita uma atividade, depois a auxiliar da sala encaminhou as crianças que já haviam terminado a atividade para tomarem banho e escovar os dentes, acompanhamos eles e auxiliamos a Tia 3 nessa tarefa.

Na hora do banho, normalmente, a auxiliar conta com o apoio de outras auxiliares de sala para realizar esta tarefa, feito isso, os alunos são encaminhados para a sala de aula

novamente, em um desses momentos a professora distribuiu folhas de papel ofício para os alunos desenharem e pintarem, uma espécie de desenho livre.

Ao meio-dia, eles vão para o refeitório novamente, para o almoço, alguns alunos sempre nos pediam para “misturar” a comida deles, o que nós fazíamos com muito prazer, vimos que a professoras e auxiliares de sala sempre faziam isso, e outros fazem as refeições sozinhos e quase não sujam as mesinhas, alguns precisam de ajuda e incentivo para comer.

Eram momentos como esses que nos faziam refletir, pois o processo de educar vai muito além de ensinar, de conhecer ou de estar todo dia com aquela criança, de modo geral, é preciso promover momentos de brincadeiras, tentar compreender as crianças naquilo que as caracterizam, aceitar e entender as diferenças e semelhanças de cada uma. Como afirmam os documentos oficiais:

Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (BRASIL,1998 p.23).

Depois do almoço, todas as crianças vão para a sala de repouso deitar, é impressionante como não fica nenhum acordado, elas ficam sob a supervisão da professora e da auxiliar de cada turma. Dormem até às 14:00 horas, passado esse horário as professoras e auxiliares acordam as crianças e, em seguida, as encaminham para o refeitório para o lanche da tarde. Como são quatro (4) turmas, dividem-se em duas (2) turmas, enquanto estas vão para o refeitório as outras duas (2) aguardam na sala. O refeitório possui apenas duas mesas, então, primeiro duas (2) turmas lancham, em seguida, vão mais duas (2) turmas, por exemplo, primeiro vão as turmas do Pré I e Pré II e depois o Maternal I e II ou vice e versa.

Durante nosso estágio percebemos que as crianças são bem cuidadas e que há uma relação de interação delas com boa parte do quadro de funcionários, uma relação de amor, cuidado e respeito, o que é muito bom para o desenvolvimento físico, moral e intelectual deles:

Há práticas que privilegiam os cuidados físicos, partindo de concepções que compreendem a criança pequena como carente, frágil, dependente e passiva, e que levam à construção de procedimentos e rotinas rígidas, dependentes todo o tempo da ação direta do adulto (BRASIL, 1998, p.18).

Após o lanche, os alunos vão para suas salas, lá fazem alguma atividade, assistem a um desenho ou brincam um pouco no pátio. A Tia 2, geralmente, traz uma atividade já pronta,

impressa, visto que o período da tarde é mais curto (segundo ela), explica a atividade, faz perguntas aos alunos, eles respondem, depois fazem a atividade final.

Às 16:00h as crianças jantam, essa refeição é feita sempre na sala de aula. A Tia 2 usa uma regra: os alunos que não se comportam bem jantam por último e, caso algum aluno se comporte mal, fica sem jantar ou sem lanche, e ainda por cima, fica na sala ou no refeitório vendo os colegas comerem. Infelizmente, um dia, durante o nosso estágio, este fato aconteceu; um aluno ficou sem jantar, uma atitude autoritária desnecessária, que fere os direitos da criança.

Depois do jantar, os alunos aguardam os pais ou responsáveis ir pegá-los e, um detalhe que observamos na hora da saída, foi que têm pais/responsáveis que levam, além de suas crianças, outras também, isso porque ou é sobrinho (a), vizinho (a), ou filho (a) de algum conhecido, enfim.

3.3. O brincar na Creche

A Creche não possui muitos brinquedos, isso é lamentável, mas, infelizmente é a realidade, os poucos que tem, foram as professoras que trouxeram de casa, outros os próprios alunos trazem de casa. São esses brinquedos que tem na sala e que as crianças podem brincar. Quando vão para o pátio brincam de diversas maneiras, seja de correr, de pular corda, as meninas brincam de casinha, é um momento bom de se ver.

O Referencial Curricular diz que “essa peculiaridade da brincadeira ocorre por meio da articulação entre a imaginação e a imitação da realidade. Toda brincadeira é uma imitação transformada, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade anteriormente vivenciada” (BRASIL, 1998, p. 27), e vimos isso nas crianças quando brincavam sozinhas, com seus brinquedos imaginários, ou com os colegas. Quando a criança está brincando, os objetos e os espaços são significativos e originários para eles de acordo com seu pensamento e necessidade, pois a partir daí eles criam e recriam situações que lhe são favoráveis.

A brincadeira favorece a autoestima, estreita os laços afetivos e contribui para o desenvolvimento da criança em vários aspectos, além de proporcionar momentos prazerosos à criança, ela deve estar presente no cotidiano da criança como algo indispensável. Nesse sentido, concordo os referenciais dizem:

A brincadeira é uma linguagem infantil que mantém um vínculo essencial com aquilo que é o “não-brincar”. Se a brincadeira é uma ação que ocorre no

plano da imaginação isto implica que aquele que brinca tenha o domínio da linguagem simbólica. Isto quer dizer que é preciso haver consciência da diferença existente entre a brincadeira e a realidade imediata que lhe forneceu conteúdo para realizar-se (BRASIL, 1998, p. 27).

O que nos intrigou foi o fato de “nesse brincar” não ter um objetivo, é como se fosse apenas um passatempo para as crianças, as professoras e as auxiliares de sala entregam os brinquedos aos alunos, mas eles não têm um acompanhamento, no sentido de trabalhar a psicomotricidade, a coordenação motora, global, ou a solidariedade, eles são apenas instruídos a não brigarem ou jogarem os brinquedos uns nos outros. Algumas crianças quando estavam no pátio só queriam correr, não conseguiam concentrar-se para aproveitar esse tempo de “recreação”, digamos assim, e quando acabavam esses momentos era visível em seus rostinhos o gostinho de quero mais. Os referenciais atentam para isso quando afirmam que:

É o adulto, na figura do professor, portanto, que, na instituição infantil, ajuda a estruturar o campo das brincadeiras na vida das crianças. Consequentemente é ele que organiza sua base estrutural, por meio da oferta de determinados objetos, fantasias, brinquedos ou jogos, da delimitação e arranjo dos espaços e do tempo para brincar. (BRASIL, 1998, p. 28).

Falando ainda do “brincar” na creche, um detalhe nos chamou a atenção, foi o fato de as meninas, em sua maioria, sempre brincarem mais concentradas, quase sempre a brincadeira era “de casinha”, tinha sempre a mãe e a “filhinha”, que ou estava doente, ou ia passear com a mãe. Já os meninos, brincavam de polícia, ou de motoqueiro, de motorista e alguns apenas corriam aleatoriamente.

Sabemos que a brincadeira proporciona momentos mágicos à criança, na brincadeira ela pode ser o que quiser, ela transforma um simples momento em mágica, e isso vai contribuir para o seu desenvolvimento em muitos aspectos pois eles criam e recriam seus mais profundos sonhos. E assim,

Pela oportunidade de vivenciar brincadeiras imaginativas e criadas por elas mesmas, as crianças podem acionar seus pensamentos para a resolução de problemas que lhe são importantes e significativos. Propiciando a brincadeira, portanto, cria-se um espaço no qual as crianças podem experimentar o mundo e internalizar uma compreensão particular sobre as pessoas, os sentimentos e os diversos conhecimentos (BRASIL, 1998, p. 28).

Então, são momentos como estes que devem fazer parte das nossas creches, das nossas escolas, além da responsabilidade de educar e cuidar, devemos proporcionar às nossas

crianças momentos de brincadeiras onde possam se socializar umas com as outras, partindo sempre da ideia de que são seres em construção, e que essa começa pela educação que vão receber, seja em casa ou na escola.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado na Creche Maria Rosa, instituição da rede pública municipal de Campina Grande, PB, foi uma experiência ímpar, com resultados muito significativos para nossa carreira como profissionais da Educação, pois com certeza irá contribuir para o nosso crescimento e formação acadêmica. A realidade vivida durante o estágio despertou em nós um olhar para o “cuidar e o educar” e nos fez ver a grande responsabilidade que temos a partir do momento que temos em nossas mãos crianças que precisam de cuidados, de carinho e atenção.

Essa prática nos possibilitou, além da compreensão das teorias estudadas, principalmente o aprender a como lidar com as diversas situações nesses espaços educacionais, e perceber que teoria e prática são indissociáveis. Para a realização deste trabalho um dos suportes teóricos que usamos foi o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), que é um documento que se constitui em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam a contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras.

Podemos dizer que a experiência desse estágio nos trouxe à tona a reflexão sobre que profissional da educação queremos ser, no que podemos melhorar, que cidadão eu quero formar, pois, como diz o RCNEI:

Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina etc. possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil apontando algumas características comuns de ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças (BRASIL, 1998, p.22).

Foi a partir do estágio supervisionado que passamos a compreender mais sobre a importância de conhecer e reconhecer essa particularidade de cada criança, embora sejamos conscientes de que muito ainda temos a aprender, e que o conhecimento adquirido deve ser

somado e multiplicado e nunca diminuído. Para isso, devemos refletir sobre que profissional queremos ser e que contribuições queremos deixar na vida daqueles que passam por nós, pois temos essa responsabilidade em nossas mãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. Geral e Brasil. 3ª ed. rev. ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 25ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

BORBA, Ângela Meyer. **O brincar como um modo de ser e estar no mundo**. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. (Orgs.). **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.p. 33-46.

BUJES, M. I. E. **Escola Infantil: Pra que te Quero?** In: CRAIDY, M.; KAERCHER, G. E. P. S. **Educação Infantil. Pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 13-22.

ECA, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Nº 8.069/90.

KRAMER, Sônia. **A infância e sua singularidade**. In:BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. (Orgs.). **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007, p. 13-24. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017.

LDB, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº 9.394/96.